

venível lagarta predadora, que, por sua vez, gera-  
va novas moscas; porém, nem todas as lagartas

Deus, por sua soberana vontade, a taça sucumbir  
em definitivo. Somente Ele!

proporção assustadora. Essa poluição, entao, tau  
debatida, seria afinal, benéfica à saúde?...

de insumos agrícolas.

*Suplemento Agrícola pag. 02*

*7.10.86*

ESTADO DE SÃO PAULO

DE BRASÍLIA

*Ass. Const*  
**Agricultores  
estão de olho na  
Constituinte**

Jorge Rosa

19 NOV 1986

Esta semana devem estar concluídas as apu-  
rações em todo o País. Agora, é torcer para que os  
constituintes eleitos cumpram efetivamente seus  
papéis no Congresso Nacional Constituinte, que se  
instalará no dia 1º de fevereiro do próximo ano.  
Aliás, não é necessário cumprir tudo que promete-  
ram durante a campanha eleitoral, porque os elei-  
tores sabem que a maior parte é pura retórica para  
conseguir se eleger. O que os eleitores desejam é  
que trabalhem e não se deixem levar pelas inúme-  
ras mordomias proporcionadas pela Câmara dos  
Deputados e pelo Senado Federal.

A Constituinte será formada por uma grande  
comissão e várias subcomissões, que devem ser  
cerca de dez. Uma delas, com toda a certeza,  
tratará dos temas relativos à Agricultura, onde  
serão discutidos preliminarmente todos os temas  
relativos ao setor, tais como conservação do solo,  
crédito rural, reforma agrária e tudo mais que  
envolver o setor primário da economia. As subco-  
missões são de fundamental importância porque  
os temas propostos para constar da futura consti-

tuição só serão encaminhados à grande comissão  
depois de aprovadas em suas respectivas subco-  
missões. É importante, portanto, que a subcomis-  
são de Agricultura seja formada por constituintes  
conhecedores dos problemas, deficiências e neces-  
sidades da agricultura brasileira.

Contudo, os temas de interesse dos agriculto-  
res não se limitam à subcomissão de agricultura. A  
futura carta, em todos as suas inúmeras seções,  
envolverá temas que de uma forma ou de outra são  
de interesse dos agricultores, porque podem afetar  
a atividade direta ou indiretamente. Assim sendo,  
é indispensável que as lideranças do setor rural se  
organizem através de suas associações de classe  
para a defesa de seus interesses na Constituinte.  
Dentro do futuro Congresso Nacional Constituin-  
te atuarão um verdadeiro batalhão de lobistas, em  
defesa dos interesses dos seus respectivos grupos  
de pressão e, neste processo, a agricultura poderá  
ficar relegada a segundo plano ou, quem sabe, ao  
décimo plano. Portanto, os agricultores precisam  
abandonar o seu tradicional comportamento pas-  
sivo e entrar com disposição na discussão da pró-  
xima Constituição.

As discussões, por exemplo, sobre o sistema  
tributário podem levar à aprovação de propostas  
que continuarão sobrecarregando o setor agrícola  
e transferindo recursos para o setor industrial. Por  
que não incluir na futura carta, no artigo que trata  
dos impostos dos Estados e do Distrito Federal,  
que compete aos Estados e ao Distrito Federal  
instituir impostos sobre os transportes rodoviá-  
rios, que não ultrapassem os limites do Estado,  
excluída a incidência, quando se tratar de produ-  
tos alimentícios de primeira necessidade, segundo  
critérios que serão estabelecidos por lei comple-  
mentar? Com isso, estaria estimulada a produção

de alimentos básicos, quando destinados às cida-  
des do próprio Estado. Esta é uma seção que  
interessa a todos os agricultores, pois estabelecerá  
os tributos sobre a propriedade rural. Os empresá-  
rios rurais podem reivindicar que seja incluída na  
futura carta, no artigo que trata dos impostos da  
União, dispositivo em que se isente a agricultura  
de qualquer tributo que não seja o imposto de  
renda, fixando limite máximo para a alíquota do  
imposto e que um percentual mínimo terá de ser  
reinvestido pela União no setor rural, seja em  
melhoria da infra-estrutura local ou em benefício  
da própria atividade, a exemplo de serviços de  
irrigação.

Claro está que essas são sugestões apenas  
para exemplificar o nível de participação que deve-  
rão ter os agricultores, na futura Constituinte,  
através dos seus representantes escolhidos pelo  
voto no último pleito.

O anteprojeto de Constituição, elaborado pe-  
la Comissão Afonso Arinos, a pedido do presiden-  
te José Sarney, embora sem nenhum valor legal,  
pode contribuir para balizar a ação dos agriculto-  
res dentro da próxima Assembléia Nacional Cons-  
tituinte. Por exemplo, na parte que trata da ordem  
econômica, o seu artigo 17 determina que a União  
promoverá a desapropriação da propriedade rural,  
pagamento de justa indenização, segundo critérios  
que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida  
pública, com cláusula de atualização, negociáveis e  
resgatáveis, no prazo de vinte anos, em parcelas  
anuais, iguais e sucessivas ... Isso praticamente  
mantém a situação atual inalterada, permitindo a  
repetição de injustiças quando da desapropriação  
de interesse social para efeito de reforma agrária.  
Portanto, o capítulo da próxima Constituição, que  
trata da ordem econômica, deve deixar as coisas

bem claras, onde fiquem bem definidos os direitos  
dos trabalhadores e dos proprietários rurais.

Este anteprojeto da Comissão de Estudos  
Constitucionais não interessa aos agricultores por-  
que, em vez de estimular a economia de mercado e  
a livre iniciativa, amplia os poderes constitucionais  
do Estado, atribuindo-lhe a condição de principal  
agente do desenvolvimento. Entretanto, para que  
não saia da futura Assembléia Nacional Constitu-  
tuinte um modelo de constituição idêntico ou se-  
melhante ao anteprojeto, coordenado pelo profes-  
sor Afonso Arinos, os agricultores terão de ter  
uma ação efetiva dentro do Congresso, a partir de  
1º de fevereiro de 1987.

• Ministério da Agricultura — O ministro  
Iris Rezende, que nos últimos dias esteve empenha-  
do na campanha eleitoral de Goiás, jogando todo  
o seu prestígio político na campanha do candidato  
do PMDB Henrique Santillo, ao governo do Esta-  
do, retomou as suas funções de ministro da Agri-  
cultura e sua primeira preocupação foi garantir  
que os agricultores não sejam prejudicados com as  
alterações introduzidas no Plano Cruzado. Todas  
as indicações disponíveis até agora reforçam a  
perspectiva de uma produção recorde de grãos na  
safra 1986/87, garantindo a estabilidade do Cru-  
zado. Está preocupando-o bastante a questão do  
arroz, cujas importações, aliadas a uma boa pro-  
dução interna, deverão criar sérias dificuldades  
aos rizicultores no próximo ano. Medidas de pro-  
teção ao produtor estão sendo examinadas e de-  
vem ser anunciadas antes da entrada da nova  
safra.

O autor é jornalista, cobre o setor agrícola, em  
Brasília, há vários anos.